

DESIGUALDADE SOCIAL NOS ASSALARIADOS RURAIS: A GERAÇÃO COMO FATOR DE DESIGUALDADE

Juan Romero¹

Resumo

Neste trabalho é proposta uma análise comparativa das condições sociais dos trabalhadores rurais jovens e adultos, e sua possível relação com a configuração produtiva do território rural nos últimos seis anos. São discutidas mudanças na produtividade, na reestruturação do processo capitalista e seu impacto nos territórios rurais, e, além disso, a relevância da abordagem geracional para analisar os agentes que contribuem para essa reestruturação. O mercado de trabalho seria um indicador: os dados mostram uma apropriação diferenciada geracional na construção do bem-estar, sendo a faixa etária jovem consolidada como grupo geracional que caracteriza a pobreza estrutural dos trabalhadores assalariados rurais.

Palavras-chave

Desigualdade social e assalariados rurais; condições sociais dos trabalhadores rurais; relações intergeracionais no trabalho rural.

Abstract

Is proposed comparatively analyze the social conditions of rural workers young and old, and their possible relation to productive configuration rural territory in the past six years. It is discussed the changes in productivity of the capitalist restructuring process and its impact on rural territories, and also the relevance of generational approach to analyze the agents that form such restructuring. The labor market would be an indicator; the data show a differential appropriation in building generational welfare, since the young age groups are consolidated as characterizing the structural poverty of rural workers.

Keywords

Social inequalities and rural workers, rural workers social conditions; intergenerational relationships in rural work.

1. Reconfiguração da ruralidade latino-americana

Ao se observar a maneira como foi reconfigurado o espaço social rural latino-americano, percebe-se que, nas últimas três décadas, surgiram algumas das seguintes tendências: a) consolidação do processo de transição demográfica, com impacto na estrutura e configuração da família rural; b) processo de urbanização de médio e pequenos centros urbanos; c) desenvolvimento de um modelo tecnológico intensivo (revolução verde); d) transformação da estrutura do mercado de trabalho; e) processos de imigração das áreas rurais para as cidades.

Essas transformações responderam ao surgimento de um novo modelo de desenvolvimento, que se caracteriza pela liberalização dos mercados (menor intervenção do Estado e sua reestruturação) e políticas de ajuste estrutural aplicadas ao meio rural, por um lado; e por outro, o desenvolvimento de corporações agroalimentares em escala global. Estes fatores têm incidido na reconfiguração da sociedade rural latino-americana, e se expressa nas tendências já assinaladas. Esse processo passou por mudanças após a chegada de uma nova administração no Estado central, em 2004, que recuperou, então, a capacidade ativa de intervir no mercado de trabalho, e especialmente na área social.

Estamos, portanto, em condições de indicar critérios que tornam possível estabelecer as linhas que reconfiguram a ruralidade latino-americana:

a) Forte ênfase na dimensão territorial, em contraste com o do setor agrícola;

b) Consideram-se as diversas funções da atividade agropecuária, que ultrapassam as produtivas;

c) É observado como um processo que adquire características específicas em cada região, pois nele interagem diversas variáveis econômicas, sociais, políticas, culturais e históricas, as quais conferem, a cada território, uma identidade única, com um passado, um presente e uma projeção futura construída pelos diferentes agentes da sociedade que interagem nesse espaço;

d) É revalorizada a complementaridade existente entre as atividades agropecuárias e o desenvolvimento de outras atividades econômicas rurais não agrícolas, fontes de renda para a população;

e) Prioriza-se o potencial competitivo dos territórios a partir de diversos setores — por exemplo, o turismo — e atividades ligadas à geografia, história, cultura, ecologia etc.

f) Observa-se interação entre os diferentes centros urbanos rurais, configurando um tecido social que reformula o espaço rural.

2. O quê e quem mudaram no espaço social rural? Um enfoque de gerações

O aumento internacional dos preços das matérias primas - resultado da demanda por energia e alimentos (Rubio, B. 2008) – gera um ciclo de expansão produtiva e uma elevação dos preços que transforma o setor agropecuário nacional. Um indicador claro dessas mudanças é a evolução do preço das terras no país que nos últimos anos tiveram seu valor aumentado quase oito vezes, atingindo preços recordes nos casos das terras mais férteis, com valores similares aos da região de fronteira².

Este novo contexto é marcado por quatro fatores que combinados compõem o cenário socioeconômico atual a partir do qual se deve analisar a estrutura agrária contemporânea do Uruguai. Esses fatores são: alterações no uso do solo, mudanças legais para a posse de terras, chegada de compradores estrangeiros e o dinamismo no mercado imobiliário de terras.

As intensas mudanças realizadas na estrutura agrária na última década, resultado dos fatores mencionados, afetaram significativamente à população rural. Quase 30% das pequenas propriedades e quase 10% das médias desapareceram, reduzindo a população rural que vive de forma dispersa, e que chegou ao mínimo histórico de 6% do total da população, com uma redução de 25% no período entre os censos. Ocorreu também reestruturação dos pequenos centros urbanos vinculadas a áreas rurais, cuja população, em muitos casos aumentou devido à articulação e aos serviços, que fornecem aos segmentos mais dinâmicos e aos grandes estabelecimentos, sobretudo quanto à mão de obra e aos serviços (Riella e Romero: 2013).

É nesses centros urbanos que tende agora, a se concentrar percentuais de pobreza do país, o que, de alguma maneira expressa, as desigualdades observadas na estrutura agrária. As fortes políticas sociais e a promoção dos direitos trabalhistas incentivados pelo governo para combater a pobreza, conseguiram reduzi-la substancialmente, porém a maior incidência de pessoas pobres persiste nesses locais (Riella; 2009). Uma possível interpretação para essa permanência pode estar na baixa oferta de empregos de qualidade no setor agrário, os quais poderiam neutralizar os efeitos socialmente negativos de uma estrutura agrária tão concentrada. Não se deve esquecer que o Uruguai é um dos países com a maior base de assalariados rurais no mundo.

Diante disso, os impactos territoriais têm sido muito heterogêneos, abrindo espaço para uma nova regionalização das áreas rurais. Neste processo, o território passa a ser um conceito que serve de “ponte” entre a situação local e a global, entre as especificidades da dinâmica social de um espaço de-

² Historicamente o preço da terra no Uruguai, comparando a mesma qualidade dos solos, é inferior ao dos países vizinhos. (VASALLO, 1994).

terminado e as tendências de desenvolvimento capitalista global. Isso leva à necessidade de se pensar o meio rural como um espaço articulado e integrado de forma diferenciada, no qual se intercalam atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias, coordenadas e conduzidas por instituições e diversas formas de organização que nele operam.

Por outro lado, tenham ou não estas mudanças gerado dinâmicas trabalhistas diferentes para grupos etários que integram o mercado de trabalho como um todo, e em especial para os jovens, foco desta análise, visto que esses grupos começam a assumir um papel estratégico na dinâmica produtiva da atual estrutura agrária.

Definitivamente, a última década marcou uma quebra no processo de estagnação que caracterizou a estrutura agrária do Uruguai desde meados dos anos 1970, consolidando um processo de crescimento que parte, fundamentalmente, da dinâmica dos setores agroexportadores, com a intensificação do emprego de capital constante por meio de tecnologia (biotecnologia, genética, fertilizantes, etc.), maior integração no mercado mundial, da emergência de novos atores transnacionais, do crescimento da população assalariada rural, e do aprofundamento das relações sociais de produção capitalista na sociedade rural uruguaia do começo do século XXI. Este processo é baseado na articulação contraditória entre uma realidade técnica agropecuária pré-capitalista e novas formas de sociedade e tecnologia, que se intensificaram, consolidaram e geraram uma base social ampliada de proprietários dos meios de produção.

Na sequência pretende-se realizar uma aproximação conceitual sobre o que se entende por juventude rural.

2.1 Juventude rural: um conceito construído e reconhecido socialmente

A juventude é uma construção sociocultural relacionada com o tempo e o espaço que se caracteriza por ser uma fase compreendida entre a infância e a vida adulta (Feixa, C. 2004). A noção de juventude corresponde a uma tomada de consciência social sobre a existência de características particulares que diferenciam os jovens das crianças e dos adultos. Dessa maneira, a existência da juventude está relacionada ao reconhecimento de um determinado período no ciclo de vida das pessoas e a ideia de que existe uma série de instituições e práticas normativas de comportamentos juvenis, além de uma série de imagens culturais que impõem determinadas expectativas a respeito desses comportamentos (Bevilaqua Marín, J. 2010).

Com relação ao estudo da juventude rural, devem ser consideradas as especificidades das relações de dependência frente à vida e ao trabalho (dimensão fundamental nessas relações) nos espaços agrários, e também em relação às redes econômicas, políticas e culturais nas quais os jovens e suas famílias estão integrados. Existem condições estruturais para que isto ocorra, tais como a distribuição assimétrica do gasto público no interior dessas sociedades, o que

faz com que as oportunidades de educação, emprego e saúde entre jovens de diferentes territórios sejam desiguais. Mas, na natureza heterogênea da juventude, entram em jogo outros fatores como a subjetividade, o substrato étnico-cultural, o gênero, o a inclusão em um determinado estrato socioeconômico, e o contexto histórico geracional e intergeracional de cada jovem (ROMERO, 2004).

Neste sentido, o esforço conceitual será centrado, primordialmente no eixo das ocupações, levando em conta que não é a única, porém uma das principais dimensões da análise na construção social do conceito de juventude, neste caso rural, segundo o qual os/as jovens trabalham principalmente em empregos vinculados com as atividades agropecuárias, mas não exclusivamente, pois há possibilidade de inserção em outros empregos na área dos serviços, do comércio, da indústria ou de reflorestamento, especialmente em territórios onde há intensa integração socioeconômica entre os diversos segmentos do capital urbano e rural (Bevilaqua Marín, J. 2010).

Ao levar em conta a dimensão ocupacional, considera-se que a juventude rural é uma construção sociocultural que nasceu no final do século XIX e se consolidou no começo do século XX nas sociedades industrializadas. Nesse contexto, a juventude coloca-se como um problema social para essas sociedades em que a industrialização gerou novas realidades sociais e novos atores, entre os quais os (as) jovens apresentam-se como estratégicos para a reprodução social dessa configuração da sociedade.

No caso latino-americano, o processo de industrialização desenvolveu-se de maneira tardia e junto com a modernização agrária. Nesse contexto, o conceito de juventude rural foi se integrando ao discurso e às práticas das entidades desenvolvimentistas. Isso não significa que antes da industrialização não existia uma juventude rural, mas que nas sociedades camponesas latino-americanas essa etapa da vida não fazia parte do ciclo vital e social das pessoas enquanto uma etapa diferenciada e definida como passa a acontecer com a chegada do processo de industrialização (BEVILAQUA, MARÍN, 2010; FAJNZYLBER, 1983; FURTADO, 1970).

3. Assalariados rurais socialmente desiguais: ser dessa geração é uma condição para a desigualdade?

No Uruguai, a definição do que é ser jovem é normativa: o estado uruguaio determina quais os limites de idade para uma pessoa ser considerada jovem: jovens são pessoas com idade entre 14 e 29 anos, segundo estabelece a Primeira Pesquisa Nacional da Juventude, realizada no Uruguai pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) em parceria com a Direção Geral de Estatísticas e Censos do Uruguai (DGEC), instituição que precedeu o atual Instituto Nacional de Estadística (INE), e que leva em consideração o demorado processo de integração dos jovens à sociedade, bem como a baixa taxa de natalidade existente no país.

Para estabelecer uma aproximação da realidade social dos jovens assalariados rurais analisaremos a evolução das condições sociais entre 2006 e 2012 com base nas informações da Pesquisa Contínua de Lares - tratada a partir de agora por ECH (sigla original em espanhol) para delimitar as tendências encontradas no período.

A análise das condições sociais dos assalariados rurais para conhecer os níveis de pobreza segundo o olhar geracional permitirá distinguir as diferentes condições estruturais desses trabalhadores. Essa abordagem tem como foco as necessidades básicas não satisfeitas (NBI, na sigla em espanhol), através da avaliação dos bens e serviços disponíveis nos lares dos assalariados rurais. Para tanto, selecionou-se um conjunto de necessidades consideradas básicas e estabeleceu-se um piso mínimo de satisfação para cada dimensão. Neste caso foram consideradas as NBI: acesso aos serviços de educação, qualidade da moradia, superlotação, acesso à água, disponibilidade e tipos de serviços sanitários, e se a família tem ou não geladeira (RIELLA y MASCHERONI, 2011).

Considerar este enfoque metodológico para conhecer a incidência da pobreza nas condições sociais dos assalariados rurais, implica identificar a tendência estrutural das carências, o que não seria possível detectar pela melhora circunstancial dos rendimentos, já que, em determinadas situações, dependem mais de políticas públicas para a educação, moradia, ou o acesso à educação (VIGORITO, 2005 apud RIELLA e MASCHERONI, 2011).

Por outro lado, analisar a pobreza a partir da linha de pobreza implica que esta seja medida através dos rendimentos. O Instituto Nacional de Estadística diz: "... é necessário definir uma Cesta Básica de Alimentos *per capita* (CBA) e uma Cesta Básica Total *per capita* (CBT), assim poderemos avaliar um piso mínimo para a Linha de Indigência (LI) e a Linha de Pobreza (LP). Se a renda *per capita* do lar é abaixo da LI ou da LP, esse lar será definido como indigente ou pobre respectivamente" (INE, 2006, p. 11).

Diante deste quadro, o prosseguimento da análise considera dois métodos de medição da pobreza (direto: NBI e indireto: linha da pobreza) que é denominada análise integrada da pobreza (KATZMAN, 1989), pois assim é possível obter uma nova medição com maior nível de precisão. Dessa forma são geradas quatro categorias:

- a) pobreza crônica inclui os lares com rendimento (ou consumo) abaixo da linha de pobreza, e uma ou mais necessidades básicas insatisfeitas. Trata-se do núcleo mais crítico de pobreza; são lares que enfrentam condições prolongadas de privação e que, além de não poderem adquirir habitualmente os mínimos bens e serviços, não têm moradia adequada nem podem garantir a todos os membros da família o acesso à educação, serviços de saúde e oportunidades de emprego;

- b) pobreza recente: inclui os lares pobres devido à renda(ou ao consumo), porém com necessidades básicas satisfeitas. É uma situação que sugere que o déficit de renda não tem sido permanente ou suficientemente prolongado para atender à satisfação das necessidades do lar – que mudam mais lentamente que a renda, tais como a desnutrição crônica ou a carência habitacional quer dizer, indica uma queda recente do nível de vida. São lares que correm o risco de cair na pobreza crônica se as oportunidades de trabalho não lhes permitirem recuperar o poder de compra;
- c) pobreza inercial: são lares com necessidades básicas insatisfeitas e rendimento (ou consumo) acima da linha de pobreza. É uma situação que sugere um processo de ascensão econômica dos lares, porque a insatisfação das necessidades revelaria que no passado eles foram pobres no passado, e não conseguiram ainda eliminar as carências acumuladas quanto às necessidades básicas.
- d) Para finalizar, a quarta categoria: integração social: é aquela parcela da população que não é considerada pobre em nenhum dos critérios anteriores; ou seja, as suas receitas superaram a linha de pobreza e as suas necessidades básicas são satisfeitas (SIISE, 2013).

Na tabela 1 observa-se uma redução tanto nos indicadores da linha de pobreza (30,1% a 4,5%) como de Necessidades Básicas Insatisfeitas (51,6% a 44,0%). Por outro lado, neste processo os assalariados rurais que deixam de ser pobres são aqueles que ao melhorar a renda, a condição de pobreza recente muda a integração social. Para cerca de 4,0% deles, há melhorias estruturais, pois passam a ter NBS com receitas superiores à linha de pobreza, transformando a sua condição de pobreza inercial.

TABELA 1
Assalariados rurais, situação de NBI * Linha de Pobreza 2006 - 2012

NBI Índice e NBS	2006		Total
	Pobre	Não Pobre	
NBS	(22,6%) 36,4%	(77,4%) 53,5%	(100,0%) 48,0%
	POBREZA RECENTE	INTEGRADO	
NBI	(37,0%) 63,6%	(63,0%) 46,5%	(100,0%) 51,6%
	POBREZA ESTRUTURAL	POBREZA INERCIAL	
Total	(30,1%) 100,0%	(69,9%) 100,0%	100,0%
NBI Índice e NBS	2012		Total
	Pobre	Não Pobre	
NBS	(2,0%) 24,4%	(98,0%) 57,5%	(100,0%) 56,0%
	POBREZA RECENTE	INTEGRADO	
NBI	(8,0%) 75,6%	(92,0%) 42,5%	(100,0%) 44,0%
	POBREZA ESTRUTURAL	POBREZA INERCIAL	
Total	(4,5%) 100,0%	(95,5%) 100,0%	100,0%

Na realidade, há um impacto maior do aumento dos rendimentos dos assalariados rurais modificando mais rapidamente a situação de pobreza recente e, em grau menor, transformações estruturais de assalariados que trocam a condição de pobres inerciais, mas que melhoram seus níveis de rendimento e consumo. Consolida-se um grupo que não diminui que seria o dos assalariados em condição de pobreza crônica ou estrutural.

Resumindo, o processo de transformações produtivas e sociais acontecidas nos últimos sete anos na sociedade rural uruguaia trouxe mudanças nas condições de pobreza recente e inercial dos assalariados, especialmente para a pobreza recente que teve redução significativa. Baseados nisso, entende-se que as novas condições institucionais da negociação tripartite de salários possibilitaram criar uma configuração específica para o mundo rural, melhorando seus rendimentos. Soma-se a isso a conjuntura favorável nos preços internacionais das *commodities* agrícolas e maior sindicalização dos trabalhadores. Por outro lado, coloca-se o desafio de políticas públicas para o núcleo duro da pobreza rural, integrado também por assalariados em condições de pobreza crônica ou estrutural.

A seguir, serão apresentadas informações sobre os assalariados rurais em relação à situação de pobreza e linha de pobreza, por faixa etária durante os últimos sete anos. Isso quer dizer que a variável de controle será geracional, considerando como jovens aqueles trabalhadores com idades de 14 até 30 anos, como indica a norma uruguaia, e adultos os maiores de 30 anos, para

observar eventuais mudanças frente a essa variável.

Para o ano de 2012, percebe-se na Tabela 2, que os adultos têm aproximadamente 20 pontos percentuais a favor no quesito Necessidades Básicas Satisfeitas (NBS) em relação aos jovens, enquanto os jovens exibem aproximadamente 30 pontos percentuais de diferença em relação às NBI.

No caso dos jovens assalariados rurais, cerca de 45,0% deles estão integrados socialmente, enquanto para os adultos a taxa é de 63,0%. Ou seja, seis em cada 10 adultos estão socialmente integrados, contra apenas quatro em cada 10 jovens que estão na mesma situação. Ao analisar a condição de pobreza estrutural, a diferença entre adultos e jovens é favorável a estes últimos, pois a pobreza estrutural tende a se concentrar entre os jovens assalariados, em 27,0%.

TABELA 2
Assalariados rurais, situação de NBI * Linha de Pobreza por faixas etárias - 2012

NBI Índice e NBS	Jovens (entre 14 e 30 anos)		Total
	Pobre	Não Pobre	
NBS	(1,2%)	(98,8%)	(100,0%)
	9,0%	45,0%	42,8%
	POBREZA RECENTE	INTEGRADO	
NBI	(11,4%)	(88,6%)	(100,0%)
	91,0%	55,0%	57,2%
	POBREZA ESTRUTURAL	POBREZA INERCIAL	
Total	(5,9%)	(94,1%)	100,0%
	100,0%	100,0%	
NBI Índice e NBS	Adultos(>30 anos)		Total
	Pobre	No Pobre	
NBS	(2,2%)	(97,8%)	(100,0%)
	35,5%	63,2%	62,2%
	POBREZA RECENTE	INTEGRADO	
NBI	(7,7%)	(92,3%)	(100,0%)
	64,5%	26,8%	27,8%
	POBREZA ESTRUTURAL	POBREZA INERCIAL	
Total	(3,8%)	(96,2%)	100,0%
	100,0%	100,0%	

Como nas situações de pobreza recente existe maior diferença de adultos em relação aos/jovens, este seria um problema do mundo adulto relacionado com a conjuntura do rendimento salarial e na pobreza inercial e na pobreza inercial a situação é a inversa; quer dizer que afeta mais os jovens que os adultos, indicando que seria um processo estrutural relacionado com as condições de habitabilidade dos jovens assalariados, e uma melhorado rendimento ou

do consumo durante o período de estudo.

Em contrapartida, em 2006, a Tabela 3, apresenta uma situação que mantém as diferenças intergeracionais nas condições de pobreza e integração social, e aprofundam-se as distâncias da desigualdade entre esses grupos. Observe-se que, enquanto os adultos praticamente se mantêm em 27,0% em condições de NBI, os jovens, para este ano, representam aproximadamente 81,0% na mesma situação. Observando do ponto de vista da linha de pobreza, os adultos pobres seriam 25,0%, enquanto entre os jovens estariam em 52,0%. Para o ano de 2012, essa taxa diminuiu não apenas em porcentagem como na distância intergeracional.

TABELA 3
Assalariados rurais, situação de NBI * Linha de Pobreza por Faixas etárias - 2006

NBI Índice e NBS	Jovens (14 – 30 anos)		Total
	Pobre	Não Pobre	
NBS	(26,9%)	(73,1%)	(100,0%)
	12,7%	23,6%	19,1%
	POBREZA RECENTE	INTEGRADO	
NBI	(11,4%)	(88,6%)	(100,0%)
	87,3%	76,4%	80,9%
	POBREZA ESTRUTURAL	POBREZA INERCIAL	
Total	(52,1%) 100,0%	(47,9%) 100,0%	100,0%
NBI Índice e NBS	Adultos(>30 anos)		Total
	Pobre	Não Pobre	
NBS	(22,0%)	(78,0%)	(100,0%)
	54,6%	64,8%	62,2%
	POBREZA RECENTE	INTEGRADO	
NBI	(7,7%)	(92,3%)	(100,0%)
	45,4%	35,2%	27,8%
	POBREZA ESTRUTURAL	POBREZA INERCIAL	
Total	(25,1%) 100,0%	(74,9%) 100,0%	100,0%

Ao analisar a pobreza estrutural, a tendência é mantida, pois essa situação tem um perfil mais juvenil que adulto. Porém, enquanto em 2012 a diferença é de 27,0%, em 2006 era de 42,0%. A pobreza recente tende a ter perfil mais adulto, porém a distância percentual entre jovens e adultos em 2006 é de aproximadamente 42,0%, e em 2012 de 26,5% e a pobreza inercial apresenta, em

2006, uma diferença de 41,0% entre jovens e adultos, e para 2012 é reduzida a 28,2%, mantendo o perfil juvenil, porém diminuindo a relação com os adultos.

Para finalizar, o perfil dos assalariados integrados socialmente é adulto, e se mantém estável (apesar da crise de 2002) entre 2006 e 2012, mas a novidade é o crescimento de 21% dos/as jovens assalariados, no período.

Resumindo, as tendências nas condições sociais dos assalariados rurais são mantidas, mas diminuem as brechas sociais intergeracionais, pois aumenta a porcentagem de jovens integrados socialmente. Por outro lado, há a consolidação do grupo geracional que caracteriza a pobreza estrutural nos assalariados rurais. Portanto, a geração a que pertence o assalariado rural não é uma dimensão de análise alheia às condições geradoras da desigualdade social, mas faz parte delas.

Na sequência será analisada a integralidade da pobreza introduzindo a variável território, partindo do pressuposto que essa condição não é distribuída nem aleatória nem simetricamente na sociedade rural, iniciando a partir das regiões Sudeste e Sudoeste, pois nelas estão concentradas as empresas agropecuárias, os assalariados e a geração de riqueza.

A Tabela 4, a seguir analisa as regiões Sudeste e Sudoeste do Uruguai, onde são encontrados os melhores indicadores de NBS e menores índices de NBI. Na região Sudeste há uma melhoria aproximada de 10,0% do NBS entre 2006 e 2012. Junto com a região Litoral elas apresentam as maiores porcentagens de recuperação social.

TABELA 4
Assalariados rurais, situação de NBI * Linha de Pobreza por regiões³
Sudeste – Sudoeste - 2012 - 2006

Região	Índice NBI e NBS	2012		Total	2006		Total
		Pobre	Não Pobre		Pobre	Não Pobre	
Sudeste	NBS	(0,6%)	(99,4%)	(100,0%)	(0,6%)	(99,4%)	(100,0%)
		15,9%	61,8%	60,7%	35,4%	58,4%	51,0%
		POBREZA RE- CENTE	INTEGRADO		POBREZA RECENTE	INTEGRA- DO	
	NBI	(8,0%)	(92,0%)	(100,0%)	(47,2%)	(52,8%)	(100,0%)
		84,1%	38,2%	39,3%	64,6%	41,6%	49,0%
	POBREZA ES- TRUTURAL	POBREZA INERCIAL		POBREZA ESTRU- TURAL	POBREZA INERCIAL		
Total	(2,3%) 100,0%	(97,7%) 100,0%	100,0%	(32,1%) 100,0%	(67,9%) 100,0%	100,0%	
Região	Índice NBI e NBS	2012		Total	2006		Total
		Pobre	Não Pobre		Pobre	Não Pobre	
Sudoeste	NBS	(0,5%)	(99,5%)	(100,0%)	(24,2%)	(75,8%)	(100,0%)
		15,4%	61,2%	60,4%	43,0%	59,0%	54,1%
		POBREZA RE- CENTE	INTEGRADO		POBREZA RECENTE	INTEGRA- DO	
	NBI	(3,9%)	(96,1%)	(100,0%)	(43,8%)	(56,2%)	(100,0%)
		84,6%	38,8%	39,6%	57,0%	41,0%	45,9%
	POBREZA ES- TRUTURAL	POBREZA INERCIAL		POBREZA ESTRU- TURAL	POBREZA INERCIAL		
Total	(1,8%) 100,0%	(98,2%) 100,0%	100,0%	(30,5%) 100,0%	(69,5%) 100,0%	100,0%	

As regiões Sudeste e Sudoeste apresentam as maiores porcentagens de assalariados socialmente integrados e as menores porcentagens de pobres segundo a classificação da linha de pobreza. Por outro lado, apresentamos maiores percentuais de pobreza estrutural frente à redução das categorias de pobreza inercial e recente, o que indicaria que os núcleos mais duros de pobreza entre os assalariados rurais seriam afetados em menor grau pelas transformações produtivas e pelas políticas públicas de cunho social desenvolvidas.

Em resumo, ambas as regiões apresentam elevados percentuais de integração social de seus assalariados rurais e queda nas categorias de pobreza inercial e recente, o que aponta para uma importante melhoria salarial, mas ao mesmo tempo, faz emergir com força os assalariados em condição de pobreza estrutural, apresentando um novo desafio para as políticas públicas e os dife-

³ Departamentos são unidades de divisão administrativa previstas pelo Estado uruguaio, correspondendo a Província ou Estado em outros países. No Sudeste estão os departamentos de Canelones e Maldonado; Sudoeste: Departamentos de Colonia e San José; Centro: Departamentos de Durazno, Flores, Florida, Lavalleja e Tacuarembó; Litoral: Departamentos de Paysandú, Río Negro, Salto e Soriano; Nordeste: Departamentos de Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha.

rentes atores do desenvolvimento rural.

Na Tabela 5, são apresentados os dados da região Centro, cujas condições estruturais são menos evoluídas do que nas regiões anteriormente destacadas, tanto quanto à integração social como a pobreza inercial. Observa-se, porém, uma queda importante na pobreza recente e um aumento da pobreza estrutural.

TABELA 5
Assalariados rurais, situação de NBI * Linha de Pobreza na Região
Centro - 2012 - 2006

Re- gião	Índice NBI e NBS	2012		Total	2006		Total
		Pobre	Não Pobre		Pobre	Não Pobre	
Cen- tro	NBS	(2,8%)	(97,2%)	(100,0%)	(21,0%)	(79,0%)	(100,0%)
		24,0%	56,0%	54,0%	38,0%	55,0%	50,0%
		POBREZA RECENTE	INTEGRA- DO		POBREZA RECENTE	INTEGRADO	
	NBI	(12,2%)	(87,8%)	(100,0%)	(39,0%)	(61,0%)	(100,0%)
		76,0%	44,0%	46,0%	62,0%	45,0%	50,0%
		POBREZA ES- TRUTURAL	POBREZA INERCIAL		POBREZA ESTRUTU- RAL	POBREZA INERCIAL	
Total	(6,4%) 100,0%	(93,6%) 100,0%	100,0%	(28,0%) 100,0%	(72,0%) 100,0%	100,0%	

A análise por linha de pobreza mostra uma queda de quase 22,0% no total de assalariados rurais pobres. Isso quer dizer que a redução nas condições de pobreza resultou majoritariamente da melhora nos rendimentos dos assalariados rurais.

Em resumo, na região Centro a queda da pobreza ocorreu principalmente na categoria de pobreza recente, e entre os pobres na linha de pobreza, além da contribuição da melhora estrutural no rendimento verificada entre 2006 e 2012, que correspondeu a um incremento de cerca de 10,0%.

Na região Litoral - Tabela 6 - verifica-se uma importante melhoria nas condições socioestruturais dos assalariados da ordem de 7,0% no período analisado. Houve um incremento de 3% entre os integrados socialmente, e cai 3,0% a pobreza inercial, enquanto a pobreza recente diminuiu em 7,0% e ocorreu um aumento similar da pobreza estrutural. A pobreza medida segundo a linha de pobreza diminuiu em aproximadamente 24,0%.

TABELA 6
Assalariados rurais, situação de NBI * Linha de Pobreza na Região Litoral 2012 - 2006

Região	Índice NBI e NBS	2012		Total	2006		Total
		Pobre	Não Pobre		Pobre	Não Pobre	
Litoral	NBS	(3,0%)	(97,0%)	(100,0%)	(23,0%)	(77,0%)	(100,0%)
		29,5%	53,6%	56,0%	36,8%	50,6%	46,6%
	NBI	POBREZA RECENTE	INTEGRA-DO	(100,0%)	POBREZA RECENTE	INTEGRA-DO	(100,0%)
		(10,6%)	(89,5%)		(38,6%)	(61,4%)	
	NBI	POBREZA ESTRUTURAL	POBREZA INERCIAL	(100,0%)	POBREZA ESTRUTURAL	POBREZA INERCIAL	(100,0%)
		70,5%	46,4%		44,0%	63,2%	
Total	(5,3%)	(94,7%)	100,0%	(29,0%)	(71,0%)	100,0%	
	100,0%	100,0%		100,0%	100,0%		

Enquanto nas regiões anteriores ocorreram importantes melhorias devido ao aumento nos rendimentos, e assim ficaram em maior evidência os núcleos duros de pobreza por conta do aumento da pobreza estrutural, na região Litoral a melhora nos rendimentos foi menor, e a evolução da pobreza estrutural não teve o mesmo peso das demais regiões. Isso pode representar menos dinamismo nas condições estruturais de distribuição de riqueza, em relação às Regiões Sudeste e Sudoeste.

Pode-se concluir que a melhora em razão dos rendimentos foi um fator de importância para que as condições sociais dos assalariados também melhorassem, mas pode-se considerar a hipótese de que as políticas públicas na área da infraestrutura dos lares significaram melhorar as condições de vida. Também colaborou para isso a reinstalação dos Conselhos Salariais e uma maior sindicalização dos trabalhadores.

Por último, na região Nordeste - Tabela 7 - houve uma melhoria na NBS de 8,0% - a segunda em importância após a região Sudeste -um aumento de 5,0% dos integrados, uma queda de 5,0% na pobreza inercial e de aproximadamente 2,0% da pobreza recente (a região com menor redução dessa categoria) e um aumento de aproximadamente 3,0% de pobreza estrutural (a região com o menor aumento). Quanto à redução do total de pobres na linha de pobreza, chegou a quase 22,0%.

TABELA 7
Assalariados rurais, situação de NBI * Linha de Pobreza na Região
Nordeste - 2012 - 2006

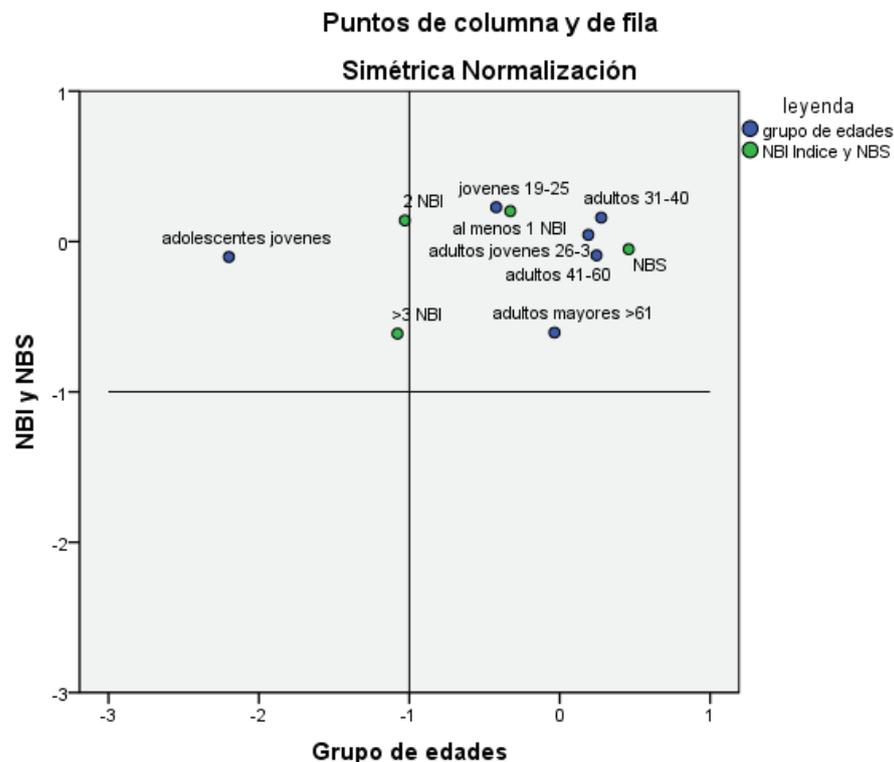
Região	Índice NBI e NBS	2012		Total	2006		Total
		Pobre	Não Pobre		Pobre	Não Pobre	
Nor- deste	NBS	(4,7%)	(95,3%)	(100,0%)	(22,8%)	(77,2%)	(100,0%)
		28,0%	50,4%	49,0%	30,3%	45,1%	41,0%
		POBREZA RE- CENTE	INTEGRADO		POBREZA RECENTE	INTEGRADO	
	NBI	(12,8%)	(87,2%)	(100,0%)	(37,8%)	(62,2%)	(100,0%)
		72,0%	49,6%	51,0%	69,7%	54,9%	59,0%
		POBREZA ESTRU- TURAL	POBREZA INERCIAL		POBREZA ES- TRUTURAL	POBREZA INERCIAL	
Total	(8,2%)	(91,8%)	100,0%	(30,6%)	(69,4%)	100,0%	
		100,0%		100,0%	100,0%		

Mais uma vez verifica-se a importância da melhoria nos rendimentos dos assalariados rurais para tirá-los das condições de pobreza também nesta região, com base na hipótese levantada para o Litoral: a melhoria das condições estruturais de acordo com as NBS e NBI deveu-se às diferentes políticas públicas desenvolvidas no período.

Por fim, destaca-se, na categoria pobreza estrutural, a reduzida taxa de crescimento em relação às regiões Sudeste e Sudoeste, o que indicaria que, apesar das transformações produtivas e da presença ativa do Estado através de diferentes políticas, haveria condições estruturais para reduzir o impacto na redistribuição da riqueza gerada na região e para diminuir as desigualdades sociais entre os assalariados rurais, tal como verificado na região Litoral. Estaríamos frente a uma região com processos transversais de desigualdade social?

Na sequência, foi utilizada a técnica de análise fatorial por correspondências (a partir de agora AFC), para conhecer como a informação é agrupada.

GRÁFICO 1



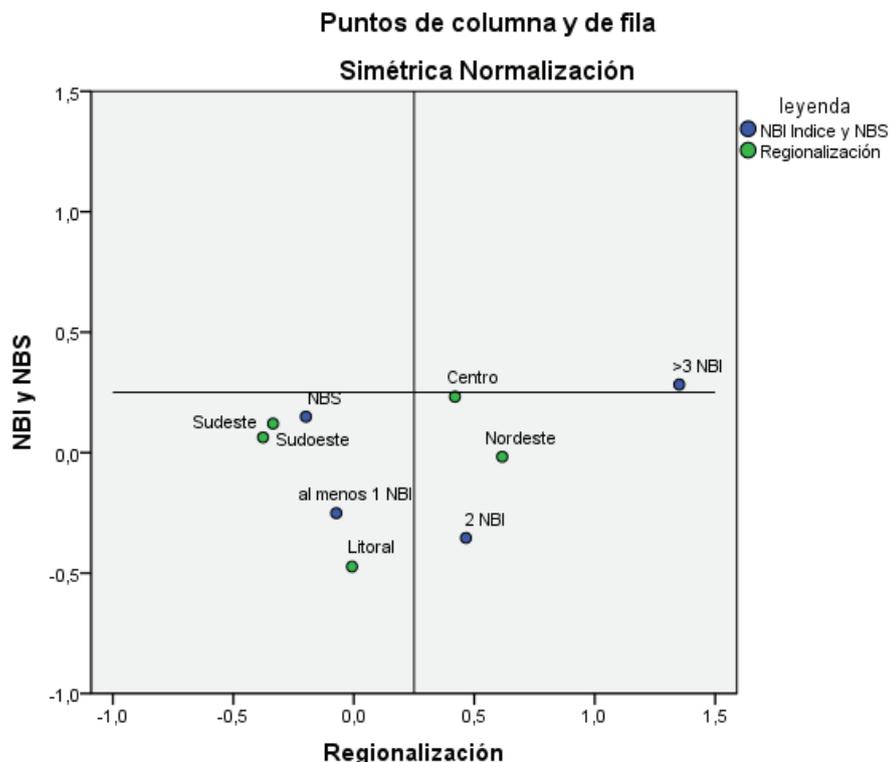
Descrição dos dados do gráfico:

Puntos de columna y de fila...	Pontos de coluna e de fileira simétrica - Normalização
Leyenda: grupo de edades; NBI índice y NBS	Legenda: faixas etárias; NBI índice e NBS
grupo de edades	Faixas etárias
NBI y NBS	NBI e NBS
Adolescentes jóvenes	Adolescentes jovens
Jóvenes 19 - 25	Jovens 19 - 25
Adultos 31 - 40	Adultos 31-40
Al menos 1 NBI	Mínimo de 1 NBI
Adultosjóvenes 26-30	Adultosjovens 26-30
Adultos mayores ≥ 61	Adultos acima de 61 anos

No Gráfico 1 verifica-se que os adultos com mais de 30 anos tendem a formar grupos entorno das NBS. Essa tendência começa a partir dos 26 anos, consolida-se após os 30 e diminui lentamente entre aqueles com mais de 61 anos. Entre os jovens de 19 até 26 anos, concentra-se em torno de 1 NBI; e entre os adolescentes jovens corresponde a 2 e 3 NBI.

Evidentemente, é entre os adolescentes e jovens trabalhadores assalariados entre 14 e 18 anos que se localizam os maiores problemas estruturais de pobreza, enquanto que, com a chegada à idade adulta, aumentam as condições estruturais para a integração social.

GRÁFICO 2



Descrição dos dados do gráfico:

Puntos de columna y de fila...	Pontos de coluna e de fileira simétrica - Normalização
Leyenda: NBI índice y NBS/Regionalización	Legenda: NBI índice e NBS/Regionalização
Regionalización	Regionalização
NBI y NBS	NBI e NBS
Centro/Sudeste/Sudoeste/Nordeste	Tudo fica igual
Al menos 1 NBI	Mínimo 1 NBI

A análise da informação continua na mesma linha, mas agora considera as regiões e as condições socioestruturais.

As regiões Sudeste e Sudoeste são aquelas com mais níveis de agrupamento próximo às NBS, enquanto no Litoral, concentra-se perto de 1 NBI, a região Centro está em situação intermediária, entre 2 e 3 NBI e por último, a região Nordeste aproxima-se de 2 NBI, mas também apresenta tendência para 3 NBI.

Portanto, a região com mais condições estruturais de pobreza seria a Nordeste, isto é a mais próxima da fronteira com o Brasil, onde o grupo com maior peso geracional seria de adolescentes e jovens trabalhadores assalariados rurais. No extremo oposto localizam-se as regiões Sudeste e Sudoeste.

Conclusão

Ao analisar comparativamente a evolução das condições sociais entre jovens e adultos, nota-se que estes últimos estão nas melhores condições. Isso indica uma apropriação geracional diferente na construção do bem-estar entre assalariados rurais uruguaios. As diferenças aumentam, ou não, de acordo com a configuração produtiva do território rural, pois é naqueles com menor utilização intensiva dos solos que se encontram os maiores NBI, especialmente entre os jovens, o que é o oposto daqueles com maior intensidade no uso do solo, como no Sudeste e Sudoeste.

Quando consideramos as condições sociais desses assalariados segundo o enfoque de pobreza integrada, vemos que as principais tendências indicam uma diminuição das brechas sociais intergeracionais, uma vez que aumenta a porcentagem de jovens integrados socialmente. Por outro lado, os jovens se consolidam como o grupo geracional que caracteriza a pobreza estrutural dos assalariados rurais. Isso prova que a geração a que pertence o assalariado rural não é fator alheio às condições geradoras de desigualdade social, mas parte integrante delas, sendo uma dimensão que integra o processo de desigualdade social.

As transformações produtivas verificadas na última década nas áreas rurais uruguaias geraram mudanças na estrutura geracional do mercado de trabalho, especialmente na segunda parte da década, consolidando o perfil laboral dos jovens como força de trabalho habitualmente sem qualificação, porém com uma recente tendência a começar a obter empregos de qualificação mediana na área dos serviços e da indústria, em regiões com maior uso intensivo do solo.

Quando incorporamos as regiões à análise descrita, percebe-se que a melhoria nos rendimentos dos assalariados rurais para “tirá-los” das condições de pobreza, tem impacto positivo em todas as regiões, porém tornam evidentes as diferenças nas condições estruturais da pobreza. No Sudeste e Sudoeste estão os melhores indicadores, e no Nordeste e Litoral, devido a processos estruturais localizados, reduz-se o impacto na redistribuição da riqueza gerada na região e na diminuição das desigualdades sociais entre os assalariados rurais. A pergunta é: as desigualdades territoriais transversais são geradas pelas características territoriais ou elas é resultado de processos gerais?

Fica essa interrogação como hipótese de trabalho futuro para considerar as relações e características entre esses processos sociais e saber se influenciam ou não a configuração do mercado de trabalho.

Por último, deve-se ter presente na análise a dimensão geracional no processo de transformações sócio-produtivas rurais e seu impacto no desenvolvimento rural, para poder apreciar a dinâmica e a influência dos agentes que trabalham nesses processos nas áreas rurais do Uruguai. Não se pode esquecer que a dimensão de pobreza integrada dessas áreas, será um fator importante

no momento de avaliar o desenvolvimento rural e o processo de crescimento econômico na sociedade rural.

Referências Bibliográficas

FAJNZYLBER, F. **Industrialização truncada de América Latina**. Ciudad de México, D.F.: Editorial Nueva Imagen, 1983.

FEIXA, Carles. A construção histórica da juventude. In: CACCIA-BAVA, Augusto; FEIXA, Carles Feixa; GONZÁLES, Yanko (Eds.). **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras, 2004. p. 257-327.

FITZGERALD D, E. V. K. ECLAC and the formation of Latin American economic doctrine. In: ROCK, D. (Ed.). **Latin America in the 1940s war and post-war transitions**. Los Angeles: California University Press, 1994.

FULLER, A. M. From part time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, London, v. 6, n. 4, p.361-373, 1990.

FURTADO, C. **Economic development of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Líneas de pobreza e indigencia, Uruguay 2006**: Metodología y resultados. Montevideo, 2006.

KAGEYAMA, Angela. Pluri-atividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36. Poços de Caldas. **Textos...** Poços de Caldas, 1998.

KATZMAN, Rubén. The heterogeneity of poverty: the case of Montevideo. **CEPAL Review**, Santiago de Chile, n. 37. 1989.

MARÍN, J. B. Juventud rural: una invención del capitalismo industrial. In: CONGRESSO DA ALASRU, 8. Recife. **Textos...** Recife, 2010.

MGPA-OPYA. **ECUESTA DE HOGARES RURALES: 2000**. MONTEVIDEO, 2001.

RIELLA, A; MASCHERONI, P. Desigualdades sociales y territorios rurales en Uruguay. **Revista Pampa**, Santa Fé- Arg. n. 7, p. 39-64, 2011.

RIELLA, A; ROMERO, J; TUBÍO, M. Modernización agraria y empleo rural: un análisis de sus interrelaciones territoriales entre 1970 1990. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA – ASLAS, 22. Concepción-Chi. **Textos...** Concepción-Chi, 1999.

ROMERO, J. La modernización agraria en el Uruguay: los jóvenes rurales, una asignatura pendiente. LEVY, Bettina; GIARRACA, Norma (Comp.). **Ruralidades Latinoamericanas: identidades y luchas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2004. p.163-204.

SIISE – Sistema Integrado de Indicadores Sociales del Ecuador. Disponível em: http://www.siise.gob.ec/siiseweb/PageWebs/POBREZA/ficpob_P06.htm . Acesso em: 10 out. 2013.